

MORAL CATÓLICA E SENSIBILIDADE ÉTICA ATUAL

Assistimos, nas últimas semanas, à mobilizações em vários países em favor da paz e contra o ataque dos Estados Unidos e seus aliados ao Iraque. A opinião pública mundial toma consciência de que o verdadeiro motivo da invasão não é tanto a destituição do ditador Saddam Hussein, como o acesso aos ricos poços de petróleo iraquianos. Dá-se conta também de que a tecnologia militar atual dos Estados Unidos é tão avassaladora e mortífera que nenhuma causa justifica o seu uso. Significará a destruição de um país já castigado em sua população pelo embargo econômico imposto desde a Guerra do Golfo (1991) e terá alto custo de morte e sofrimento para inúmeras pessoas inocentes. Não existem mais guerras justas. A única solução possível para os conflitos são as conversações de paz e a busca de acordo entre os contendores.

As diversas iniciativas de João Paulo II para evitar o conflito partem dessa constatação e estão em total consonância com a sensibilidade mundial contrária à guerra. Neste momento o Papa é a autoridade mundial que está assumindo gestos e desenvolvendo estratégias mais ousadas em favor da paz. Isso é possível porque foi superada a tradicional doutrina dos critérios éticos para uma guerra justa e foi assumido um enfoque mais teológico inspirado na paz do Reino anunciada por Jesus de Nazaré. Nesse sentido houve uma real evolução na maneira de a Igreja encarar a guerra.

Se nos problemas atinentes à paz mundial e à justiça social, a Igreja está sabendo assumir posições convincentes e passar uma mensagem coerente que é escutada pela sociedade, o mesmo não acontece em outras questões éticas, principalmente naquelas em que está implicada a sexualidade humana. Consultando os resultados da pesquisa feita pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), ligado a CNBB, pode-se notar que “um número significativo de católicos, em grande parte das questões a respeito da

vivência da sexualidade, se posicionou em divergência ao discurso oficial da Igreja. Grande parcela dos católicos são favoráveis ao planejamento familiar, aos métodos contraceptivos, ao sexo antes do casamento, ao segundo casamento e ao divórcio. Observa-se, por esses dados, a perda de influência da religião sobre a vida dos indivíduos, mesmo que estes declarem ser de identidade religiosa católica... De qualquer forma há uma tendência moderna a considerar cada vez mais as questões ligadas à sexualidade como sendo de âmbito privado, fruto da individualização, do processo de auto-suficiência do sujeito moderno, e da necessidade de satisfação do desejo e da conquista de felicidade” (CERIS: Desafios do Catolicismo na cidade. Pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 248-249).

Por esses fatos pode-se notar uma nítida diferença entre a abertura da Igreja para a mensagem da moral social e sua incidência em termos da opinião pública mundial e um claro fechamento para questões de moral sexual. Onde está o problema?

*Não está em jogo o nível de exigência nem de congruência com a mentalidade de hoje nesses dois campos. A questão de fundo é a **diferente maneira de comunicar-se** da Igreja na moral social e na moral sexual. A primeira é apresentada como busca de soluções e como proposta aberta, necessitada de contextualização e interpretação. A segunda configura-se em normas absolutas, independentes do contexto e com aplicação deontológica. A moral social evolui em sua formulação, necessitando de hermenêutica. A moral sexual está fundada na perenidade do ensino da Igreja. A primeira exige discernimento, a segunda não. Essa dicotomia na comunicação da mensagem ética da moral social e da moral sexual é o nó da questão.*

*A Igreja não está sabendo acolher **novas questões** que a realidade ética lhe apresenta nem tratar essas questões com **novos métodos**. A resposta a certas questões morais tem sido sempre a mesma. O argumento apresentado repisa a perenidade do ensino moral, proposto como absoluto. Muitas pessoas na sociedade já não conseguem entender tal tipo de ensino. Ele simplesmente repete o que sempre foi dito e o Magistério passa a imagem de ser sempre contra nessas questões. Vale então lembrar a inspiração de Santo Tomás de Aquino, que introduziu novas questões e novos métodos na Teologia.*

Guilherme de Tocco, seu aluno em Nápoles de 1272 a 1274, assim se expressa na biografia do mestre: “Frei Tomás em suas aulas levantava novas questões, encontrando um modo novo e claro de decidir as questões, e aduzindo novas razões ao decidi-las, de forma que ninguém que o ouvisse ensinar coisas novas e dirimir dúvidas com novos argumentos, tivesse dúvida de que Deus o iluminava com raios de uma nova luz. Imediatamente começou a ser tão seguro em seus juízos que não duvidava ensinar e escrever opiniões novas que Deus lhe tivesse dignado inspirar ultimamente (noviter)” (Gullielmus de Tocco: Vita S. Thomae Aquinatis, n. 14).

Chama atenção a repetição incisiva da palavra “novo/a”. Se essa abertura ao novo é necessária para uma sã Teologia, torna-se ainda mais imperiosa na moral, ao tratar de questões contingentes do agir humano. A mensagem ética cristã precisa ser apresentada a partir de novas questões, com novas razões e argumentos e de um modo novo para que chegue às mentes e aos corações humanos do nosso tempo, tornando-se relevante resposta para as buscas atuais de sentido e aparecendo em sua novidade.

*Essa necessária incidência e relevância da mensagem para os seres humanos do nosso tempo aponta para o **caráter revelacional** da moral cristã. A revelação não foi uma comunicação de sentenças de verdade por parte de Deus, mas a sua autocomunicação na pessoa de Jesus Cristo. Ela não é uma imposição, mas um convite da parte de Deus para que o ser humano entre em comunhão com Ele através do Filho e no Espírito Santo. Portanto, o conteúdo primordial da revelação é a própria pessoa de Jesus Cristo como expressão da vontade do Pai. A revelação é uma oferta de sentido para a existência humana e não a imposição de uma doutrina. Para que o ser humano a acolha como oferta e convite, ela precisa apresentar o frescor da sua novidade. Assim a mensagem ética das Escrituras cristãs não é um código de normas nem um conjunto de imperativos, mas uma oferta de caminho e busca da vontade de Deus na existência concreta de cada cristão. A própria pessoa de Jesus Cristo é esse caminho moral para que se busque o que é melhor e mais adequado em cada situação salvífica concreta.*

*Isso aponta para o **caráter pneumático** da moral cristã, o qual complementa o seu aspecto revelacional. Cada cristão recebeu no batismo o dom do Espírito Santo que o capacita a encontrar o que mais convém segundo a vontade de Deus. Por isso a categoria central da ética paulina é o discernimento. Paulo repete em várias cartas: que possais discernir o que é melhor ou o que é bom, o que é mais importante ou o que mais convém, o que agrada a Deus ou o que é vontade Deus (Rm 2,18; 12,2; Fl 1,10; Ef 5,10). Esse discernimento ético é uma competência criada pela ação do Espírito na consciência moral do batizado. Trata-se de uma capacitação pneumática que torna o cristão adulto em sua vida moral.*

*Mas esse caráter pneumático da moral cristã dispensaria as normas do agir? Qual é o papel das normas operativas na Escritura? Para compreender o papel da presença de normas no texto bíblico e o seu significado para a Teologia moral é necessário ter presente o **caráter narrativo** da sua formulação. As normas aparecem ligadas ao contexto da narração de um fato moral. Nesse sentido elas não são absolutas por serem independentes de lugar, tempo e circunstâncias. Sintetizam e armazenam experiência moral narrada no fato moral.*

As normas não são extrínsecas ao contexto do qual surgiram, mas recolhem um caminho de solução a um conflito ou a um desafio moral através de uma

ponderação de bens. São fruto de um trabalho da consciência para chegar ao que é melhor ou ao que mais convém segundo a vontade de Deus. A norma que aparece no texto bíblico não é para substituir esse discernimento da consciência atual, enrijecendo a exigência ética num preceito extrínseco imposto ao sujeito. Por isso as normas necessitam interpretação. Elas próprias, na sua origem, foram fruto de uma interpretação da vontade de Deus para o contexto concreto. A narrativa expõe essa busca de solução sintetizada na norma. Destarte, as normas são diretrizes de caminho para que o cristão atual encontre o que é melhor ou o que mais convém na perspectiva do Reino de Deus. Não podem pretender substituir o discernimento da consciência.

Tendo presente que não estamos falando de princípios gerais, tais como “fazer o bem e evitar o mal” ou “amar o próximo”, mas de normas operativas do agir, pode-se afirmar que elas são absolutas no sentido que não são arbitrárias, mas não o são, enquanto independentes de lugar e tempo, nem como substitutivas do trabalho interno da consciência. Assim as normas são referenciais do caminho a ser palmilhado na busca para encontrar o que é melhor ou o que mais convém. Apontam para bens e valores implicados em determinada realidade, os quais o agente é convidado a realizar.

Essa perspectiva, presente na própria formulação narrativa das normas veiculadas pela Escritura, convida a Igreja a confiar mais no **sensus fidelium** ao querer comunicar a sua moral aos homens e mulheres do nosso tempo. A sensibilidade ética dos fiéis precisa tornar-se fonte para a compreensão e formulação da mensagem moral da Igreja. Se o **sensus fidelium** ajuda para a inteligência da fé, muito mais competência têm os fiéis, quando se trata de questões morais que dizem respeito mais de perto às suas vidas, como matrimônio, sexualidade, trabalho etc. Quando existe um consenso entre cristãos leigos de fé explícita sobre algum aspecto cristão da moral, como é o caso do uso de anticoncepcionais ou da aceitabilidade de um segundo matrimônio em determinados casos, o Magistério deveria verdadeiramente levar a sério essa tomada de posição. A manifestação pública de um posicionamento em parte discordante de cristãos leigos aconteceu, por exemplo, em 1995, com a publicação de *Evangelizar a Sexualidade: Reflexão das Equipes de Nossa Senhora sobre Sexualidade do Movimento Internacional Equipes de Nossa Senhora*. O desafio é consultar não só os que de antemão estão de acordo com a posição oficial, mas principalmente os que dela discordam com motivações sérias. Mas, em geral, esses não são ouvidos ou sua posição não é levada em consideração na formulação da moral oficial da Igreja.

Existe uma sensibilidade ética séria e consistente na cultura atual que precisa ser levada em consideração pela Igreja se ela quiser que a sua mensagem moral tenha alguma incidência no mundo atual. A tendência é simplesmente desconsiderá-la como laxista e amoral. O contexto sociocultural em que vivemos abriga ao mesmo tempo duas tendências. Por um lado, uma decadência moral desorganizadora do tecido social que é necessário questionar, mas, por

outro, há um processo de busca comum de parâmetros éticos para reorganização das relações sociais e humanas.

A Igreja não está sabendo captar essa **novidade ética**, ao não se colocar em sintonia com a *pars sanior* da sociedade atual no sentido de ajudá-la na busca. Isso exige humildade e atitude dialogal, não pretendendo ter respostas prontas e perenes, muito menos apresentando-se como juíza impondo preceitos. O problema é que a Igreja passa uma imagem de contínua condenação e não de ajuda na busca. Fazendo uma analogia com o provérbio “a mulher de César não só deve ser honesta, mas parecer honesta”, pode-se dizer que a Igreja, como esposa de Cristo, não só deve ser mediadora da salvação misericordiosa de Deus, mas também parecer e passar essa imagem de compreensão e compaixão salvífica diante da opinião pública. Sejamos sinceros, essa não é a imagem que a Igreja transmite para as pessoas em dificuldades.

Os escândalos dos padres pedófilos tiveram tanta repercussão na opinião pública, pois serviram para desmoralizar a atitude muitas vezes moralizante da Igreja. As contínuas notícias provocavam um riso irônico que denunciava a atitude rígida da Igreja sobre a sexualidade. O sofrimento que esses escândalos provocaram para a Igreja, não deveria enrijecê-la ainda mais, mas levá-la a ser humilde e compreensiva diante das dificuldades presentes na sociedade, colocando-se em sintonia com as pessoas de boa vontade na busca de caminhos de solução para os desafios atuais. Um exemplo desse endurecimento e falta de compreensão e diálogo é a posição absoluta do magistério contrária ao uso do preservativo, em situações limite. Para a sensibilidade ética atual, preocupada com a defesa da vida e da dignidade humana, essa posição é incompreensível, não se tocando diante da ameaça que o vírus da AIDS representa para a vida das pessoas. O uso do preservativo é um mal menor frente ao bem maior da vida.

A mensagem moral da Igreja católica, principalmente em questões de sexualidade, padece de um **problema de comunicabilidade**. Uma mensagem que não é comunicável torna-se inócua. De nada adianta propor uma moral que a maioria não compreende e muito menos segue. Se essa mensagem não consegue chegar ao coração das pessoas, existe um problema de comunicação que esvazia o significado da mensagem.

A comunicação não é questão simplesmente de linguagem gramatical ou de semântica. Está em jogo captar corretamente a experiência significativa das pessoas de nosso tempo, na natural ambivalência de valores e desvalores, e dizer-lhe também uma palavra que Santo Tomás chamaria de conatural. A marca de Deus está tanto na vivência das pessoas como nas palavras. Falta sintonizá-la, não forçando um lado só.

A consistência de uma moral precisa ser verificada na prática, isto é, tornar-se verdade no agir das pessoas. Não se trata de justificar certas práticas sexuais desestruturadoras da personalidade freqüentes na cultura atual, mas

de apresentar a compreensão cristã da sexualidade a partir de novos pressupostos antropológicos, com novos argumentos e conteúdos éticos e com uma nova sensibilidade na apresentação para que tenha incidência e manifeste sua verdade. Os documentos oficiais não estão sabendo assumir essa perspectiva. González-Faus no pequeno livro *Sexo, verdades e discurso eclesial* (Edições Loyola, 1999) afirma que os documentos eclesial pecam por rigorismo e carecem de mística, única via autêntica para integrar sadiamente a sexualidade. Para que isso aconteça, a Igreja precisa entrar mais em sintonia com a sensibilidade ética atual.

Uma das categorias centrais dessa sensibilidade é a **autonomia**, a qual não está em contradição com a existência e necessidade de normas, nem se identifica simplesmente com a liberdade solipsista veiculada pelo narcisismo pós-moderno. Ela aponta antes para o papel da subjetividade no agir propriamente moral. Nesse sentido não basta um conhecimento conceptual-legal da norma. É necessário um conhecimento ponderativo-valorativo que assume a norma de uma maneira autônoma como diretriz para a ponderação e valorização do ato numa situação concreta. Já dizia Santo Tomás: quem cumpre a lei simplesmente porque é um preceito não age moralmente, já que não é livre (In Epistolam II Ad Corinthios, Cap. III, lect. III). O Concílio Vaticano II também afirma que “a dignidade humana exige que possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de mera coação externa” (GS 17). Em outras palavras o ato moral deve brotar de um sujeito autônomo.

Outra nota da sensibilidade ética atual é o **caráter indutivo** da sua moralidade. Não se aceitam normas operativas absolutas e universais, assim como não servem princípios abstratos e sem conteúdo. As normas do agir são diretivas que orientam uma busca indutiva para chegar ao que é melhor e ao que mais convém para esse contexto histórico. Trata-se da **phrónesis** aristotélica, a sabedoria prática, que com um senso do particular concretiza o significado da norma para essa situação singular. Isso é fruto de uma indução a partir das circunstâncias concretas e não uma dedução do universal para o particular.

Esse processo indutivo constrói moralidade por meio de **aproximações e tentativas** para chegar ao mais adequado. Ela faz-se através de um processo gradual onde existem acertos e erros. Para a sensibilidade ética atual não existe uma moral do tudo ou nada como acontece muitas vezes nas formulações da moral católica. Por exemplo, o enquadramento matrimonial justifica a relação sexual entre homem e mulher, mas qualquer intercâmbio fora desse quadro é considerado fornicação não importando a qualidade da relação. Para a qualificação moral, por exemplo, não interessa para nada se essa relação acontece com a noiva ou com uma prostituta. Esse objetivismo rigorista que desconhece o papel da subjetividade na moralidade é incompreensível para a sensibilidade ética atual, dificultando a compreensão do âmago da visão cristã da sexualidade.

Essa sintonia e abertura à sensibilidade ética atual não significam transigir das exigências da compreensão ética cristã, mas significam para a Igreja melhorar a comunicabilidade da sua mensagem. O problema é apresentar essas exigências como convite a caminhar na sua senda e não como imposições legais rigoristas. É importante saber distinguir entre a radicalidade da mensagem e a sua interpretação rigorista a qual, segundo Santo Afonso Ligório, afasta as pessoas de Deus. É urgente que a Igreja deixe de ser vista como uma instituição moralmente intransigente e tente caminhar com a sociedade numa atitude humilde e dialogal de busca. Isso exige a superação da atitude eclesial de simplesmente desconsiderar a nova sensibilidade ética, identificando-a com a decadência moral vigente, e não conseguindo ver nela um sinal dos tempos que pode ajudar a rejuvenescer e atualizar a mensagem ética cristã.